



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.297

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Cria e institui conselhos, programas, planos, salas, comissões

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 25/04/2023

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 49/2023. Institui o “Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG”, no âmbito do Município de Montes Claros, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.552, de 02/05/2023).

**Controle Interno – Caixa:** 7.2

**Posição:** 27

**Número de folhas:** 11

---

Especie: PL  
Categoria: Cria  
CX: 7.2  
Ordem: 29  
nº fls: 08



Nº 44/2023

02.05.2023

# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 49/2023

AUTOR:

Executivo Municipal.

ASSUNTO:

Institui o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG e dá Outras Providências.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada dia – 25/04/2023
- 2 - Comissão Legislação e Justiça.
- 3 - Comissão de Segurança e Direitos Humanos
- 4 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - EM: 02-05-2023
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Município de Montes Claros – MG**  
**Procuradoria-Geral**



**PROJETO DE LEI Nº 49, DE 24 DE ABRIL DE 2023.**



**INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE  
SEGURANÇA PÚBLICA – COMSEG E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

Os cidadãos de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – COMSEG, no âmbito do Município de Montes Claros, órgão colegiado, consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo, nas questões relativas à segurança pública, à prevenção e combate a violência e a criminalidade.

**Parágrafo único.** O conselho ficará vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Defesa Social.

**Art. 2º** – Compete ao Conselho:

**I** – sugerir prioridades na área de segurança pública no âmbito do Município;

**II** – fiscalizar e assessorar a execução da Política Municipal de Segurança Pública;

**III** – acompanhar e avaliar os serviços de segurança pública, prestados à população, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência dos serviços de proteção do cidadão;

**IV** – sugerir e opinar sobre campanhas voltadas a não violência e pela paz;

**V** – sugerir e assessorar o Poder Executivo nos encontros, estudos, debates e eventos ligados à segurança pública e ao combate à violência e à criminalidade;

**VI** – estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente;

**VII** – opinar, previamente, sobre a realização de programas, projetos e ações de segurança pública a serem realizados pelo Poder Executivo;

**VIII** – elaborar o seu Regimento Interno;

**IX** – discutir meios que possibilitem a prevenção e o combate à violência nas escolas;

**X** – opinar acerca das ações e programas relacionados à violência doméstica;

**XI** – discutir e opinar sobre as definições de prioridades na segurança pública, nas diversas áreas do Município;

**XII** – colaborar na elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Pública, seguindo o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

6. MISTICA

EM 25 DE ABRIL DE 20 23

[assinatura]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE SEGURANÇA

DIREITOS HUMANOS

EM 25 DE ABRIL DE 20 23

[assinatura]  
PRESIDENTE



**XIV** – colaborar com iniciativas de outros órgãos que visem o bem-estar da comunidade, quando relacionadas ao tema da segurança pública.

**Art. 3º** – O Conselho Municipal de Segurança Pública compor-se-á, paritariamente, de 15 (quinze) membros, sendo:

**I** – 10 (dez) representantes do Poder Público:

- a)** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- b)** Secretaria de Esportes e Juventude;
- c)** Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
- d)** Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais;
- e)** Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;
- f)** Polícia Penal do Estado de Minas Gerais;
- g)** Guarda Municipal;
- h)** Secretaria Municipal de Educação;
- i)** Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- j)** Procuradoria-Geral do Município.

**II** – 04 (quatro) representantes da sociedade civil organizada:

- a)** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- b)** Associação Comercial e Industrial – ACI;
- c)** Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
- d)** Conselho de Veneráveis da Maçonaria do Norte de Minas –

COVENORTE.

**§1º.** O Secretário Municipal de Defesa Social integrará o COMSEG na qualidade de Presidente e membro nato.

**§2º.** Membros convidados participarão do COMSEG, com direito a voz e sem direito a voto, compondo-se por:

**I** – 01 (um) membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

**II** – 01 (um) membro do Poder Legislativo do Município.

**§3º.** À exceção do membro nato e dos membros convidados, todos os conselheiros titulares terão 01 (um) respectivo suplente, da mesma categoria, que substituirá nas suas faltas e impedimentos.

**§4º.** A Diretoria do COMSEG será composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral, sendo que, na primeira reunião do órgão, por maioria de votos dos seus integrantes, serão eleitos os titulares para os cargos de Vice-Presidente e Secretário-Geral, para um mandato de 02 (dois) anos.

**§5º.** Os membros do COMSEG e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato do Prefeito para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

**Art. 4º** – Perderá o mandato o membro do COMSEG que faltar, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano, assumindo, neste caso, o seu suplente para completar o mandato, devendo ser indicado outro membro para suplência.

**Art. 5º** – As deliberações do COMSEG assumirão, dentre outras, a forma de indicação, parecer, recomendação, colaboração, projeto e relatório às autoridades competentes.

**Parágrafo único.** As deliberações serão tomadas por maioria absoluta.

**Art. 6º** – Todas as reuniões do COMSEG serão registradas em ata e na abertura será lida e aprovada a ata anterior.

**Art. 7º** – O Conselho Municipal de Segurança Pública se reunirá em sessão ordinária uma vez a cada 2 (dois) meses sendo conduzida pelo presidente, ou na sua falta, pelo vice-presidente.

**Parágrafo único.** Sempre que matérias urgentes assim o exigirem, o Conselho deverá ser convocado extraordinariamente pelo Presidente ou por 1/3 (um terço) dos seus membros.

**Art. 8º** – Os membros do conselho Municipal de Segurança Pública não serão remunerados e suas funções serão consideradas serviço público relevante.

**Art. 9º** – A aprovação e/ou alteração do Regimento Interno dar-se-ão por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Segurança Pública.

**Art. 10** – O COMSEG deverá discutir e auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública.

**Parágrafo único.** Elaborado o Plano Municipal, caberá ao Conselho Municipal de Segurança Pública acompanhar a execução das metas nele previstas.

**Art. 11** – O Conselho elaborará o seu Regimento Interno, no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua instalação, submetendo-o ao Poder Executivo para homologação, mediante Decreto.

**Art. 12** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 13** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), 24 de abril de 2023.

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

  
**Otávio Batista Rocha Machado**  
**Procurador-Geral**





**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 24 de abril de 2023

Exmo. Sr.  
Vereador Martins Lima Filho  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros  
Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2023  
Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que: **INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – COMSEG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Encaminhamos, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que tem por objetivo criar o Conselho Municipal de Segurança Pública, órgão colegiado, consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo, nas questões relativas à segurança pública, à prevenção e combate a violência e a criminalidade.

Na certeza de que os benefícios que advirão das medidas contidas no projeto de lei em referência justificam, plenamente, a sua aprovação e em face da urgência de sua implementação por conta da capacitação e da possibilidade de recebimento de recursos por parte da Guarda Municipal, solicitamos que referida proposição seja submetida ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53, da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 49/2023 QUE “Institui o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG e dá outras providências.”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A criação de Conselhos Municipais, nos termos do art. 51, inc. III, e 86 da LOM, é de iniciativa exclusiva do Prefeito.


Não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto ou mesmo em seu objetivo.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Lei é legal e constitucional, e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 26 de abril de 2023.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 49/2023**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Institui o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG e dá Outras Providências.**

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 25/04/2023 com entrada na Sala das Comissões no dia 26/04/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição institui o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG e dá Outras Providências.

Nos termos do art. 2º, a competência do Conselho, entre outras, são as de sugerir prioridades na área de segurança pública no âmbito do Município; fiscalizar e assessorar a execução da Política Municipal de Segurança Pública; acompanhar e avaliar os serviços de segurança pública, prestados à população, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência dos serviços de proteção do cidadão; sugerir e opinar sobre campanhas voltadas a não violência e pela paz; sugerir e assessorar o Poder Executivo nos encontros, estudos, debates e eventos ligados à segurança pública e ao combate à violência e à criminalidade.

Compete, ainda, ao conselho auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública e acompanhar as metas previstas.

O conselho será composto de 15 membros, entre representantes do poder público e da sociedade civil.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, atende os requisitos previstos na Lei Orgânica Municipal, especialmente, os arts. 84 a 86, que versam sobre a criação de conselhos, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2023

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice\_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**

### **COMISSÃO DE SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 49/2023**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Institui o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG e dá Outras Providências.**

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 25/04/2023 com entrada na Sala das Comissões no dia 26/04/2023.

Após receber parecer da Comissão de Legislação foi encaminhada à Comissão de Segurança e Direitos Humanos para, nos termos regimentais, manifestar sobre a matéria.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição institui o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG e dá Outras Providências.

Nos termos do art. 2º, a competência do Conselho, entre outras, são as de sugerir prioridades na área de segurança pública no âmbito do Município; fiscalizar e assessorar a execução da Política Municipal de Segurança Pública; acompanhar e avaliar os serviços de segurança pública, prestados à população, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência dos serviços de proteção do cidadão; sugerir e opinar sobre campanhas voltadas a não violência e pela paz; sugerir e assessorar o Poder Executivo nos encontros, estudos, debates e eventos ligados à segurança pública e ao combate à violência e à criminalidade.

Compete, ainda, ao conselho auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública e acompanhar as metas previstas.

O Conselho será composto de 15 membros, entre representantes do poder público e da sociedade civil.

Conforme Mensagem, o projeto de lei tem por objetivo criar o Conselho, o qual auxiliará o Executivo, nas questões relativas à segurança pública, à prevenção e combate a violência e a criminalidade.

No mérito, esta Comissão entende que ser a matéria de fundamental importância, para a discussão e implementação de medidas de segurança para os diversos segmentos da população do Município que sofrem com o aumento da criminalidade.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2023

Presidente: Ver. Profª. Iara de Fátima P. Veloso

Vice\_Presidente: Ver. Rodrigo Maia de Oliveira

Rodrigo Maia de Oliveira  
(Rodrigo Cadeirante)  
Vereador - Montes Claros-MG

Profª Iara Pimentel  
VEREADORA





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG



**Emenda ao Projeto de Lei nº 49, de 24 de abril de 2023 que “Institui o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG e dá Outras Providências”.**

O art. 3º do Projeto de Lei nº 49 de 24 de abril de 2023 que “Institui o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEG e dá Outras Providências” passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 3º** – O Conselho Municipal de Segurança Pública compor-se-á, dos órgãos e entidades seguintes:

- I - Secretário Municipal de Defesa Social;
- II - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- III - Secretaria de Esportes e Juventude;
- IV - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
- V - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais;
- VI - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;
- VII - Polícia Penal do Estado de Minas Gerais;
- VIII - Guarda Municipal;
- IX - Secretaria Municipal de Educação;
- X - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- XI - Procuradoria-Geral do Município;
- XII - Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- XIII - Associação Comercial e Industrial – ACI;
- XIV - Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
- XV - Conselho de Veneráveis da Maçonaria do Norte de Minas



### COVENORTE.

§1º. O Secretário Municipal de Defesa Social integrará o COMSEG na qualidade de Presidente e membro nato.

§2º. Membros convidados participarão do COMSEG, com direito a voz e sem direito a voto, compondo-se por:

- I – 01 (um) membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- II – 01 (um) membro do Poder Legislativo do Município.
- III – 01 (um) membro do Conselho Tutelar.

§3º (...)

.....

Montes Claros, 27 de abril de 2023

### Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Ver. Igor Gustavo Dias \_\_\_\_\_

Cláudio Rodrigues de Jesus \_\_\_\_\_

### Comissão de Segurança e Direitos Humanos

Ver. Profª. Iara de Fátima P. Veloso \_\_\_\_\_

Ver. Rodrigo Maia de Oliveira \_\_\_\_\_

*Rodrigo Maia de Oliveira*  
(Rodrigo Cadeirante)  
Vereador - Montes Claros-MG

*Profª Iara Pimentel*  
VEREADORA



Comissão de Legislação, Justiça e Redução

A Emenda é legal e Constitucional

Montes Claros, 02 de maio 2023



Manoel Carlos



Comissão de Segurança e Direitos

Humanos

Somos pela aprovação da matéria.

Montes Claros, 02 de maio de 2023

